



**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0105521-15.2006.8.26.0004 - São Paulo - Fórum*

*Regional da Lapa*

**Registro: 2012.0000147715**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0105521-15.2006.8.26.0004, da Comarca de São Paulo, em que é apelante MARCIA REGINA SANTOS DE PIANO (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelados JOSE CARLOS DA SILVA e VIAÇÃO SANTA BRIGIDA LTDA.

**ACORDAM**, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram do agravo retido interposto pela corré e negaram provimento ao agravo retido e ao recurso de apelação da autora, V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MARCOS RAMOS (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 11 de abril de 2012.

**Orlando Pistoresi**

**RELATOR**

Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0105521-15.2006.8.26.0004 - São Paulo - Fórum*

*Regional da Lapa*

**Voto nº 20.769**

Apelante: Marcia Regina Santos de Piano  
Apelados: Jose Carlos da Silva; Viação Santa Brígida Ltda.  
Interessada: Sulina Seguradora S/A  
Juíza de Direito: Lúcia Helena Bocchi Faibicher

Acidente de veículo - Indenização - Danos materiais e morais - Pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público - Aplicação da teoria objetiva do risco administrativo - Constituição Federal, artigo 37, § 6º.

A prestadora de serviço público apenas se exonera da responsabilidade objetiva de indenizar se comprovar alguma excludente ou atenuante de responsabilidade - culpa exclusiva da vítima, fato exclusivo de terceiro, caso fortuito ou força maior.

Dano moral - Reparação - Fixação - Moderação - Observância - Ressarcimento proporcional ao agravo.

A reparação pelos danos morais constitui justificável resposta à violação configurada devendo ser mensurada com moderação.

Agravo retido da correção não conhecido, agravo retido da autora improvido e recurso de apelação provido em parte.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito ajuizada por Marcia Regina Santos de Piano em face de Viação Santa Brígida Ltda. julgada improcedente pela sentença de fls. 624/629, condenando a autora a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios do réu fixados em R\$ 1.000,00, bem como julgou improcedente a lide secundária, condenando a ré-denunciante ao pagamento das custas da denunciação, bem como dos honorários advocatícios da denunciada fixados em R\$ 1.000,00, ficando suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência em relação à autora por ser beneficiária da justiça gratuita.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0105521-15.2006.8.26.0004 - São Paulo - Fórum*

*Regional da Lapa*

Apelou a autora objetivando a reforma e inversão do julgado, sustentando cerceamento de defesa em razão da não apreciação do DVD acostado aos autos e que contém reportagem noticiando o acidente, com o depoimento de várias testemunhas que descreveram claramente os fatos, de modo que a sentença deve ser declarada nula. Aduz que restou evidenciado que o motorista do ônibus foi causador da morte do filho da autora agindo com total imprudência ao fazer a conversão à esquerda abruptamente sem a devida sinalização. Aponta contradição no depoimento de algumas testemunhas, tudo a justificar o provimento do recurso para que seja decretada a nulidade da sentença remetendo-se os autos a vara de origem, retornando os autos à fase de instrução a fim de que sejam elucidados os fatos (fls. 634/640).

Recurso tempestivo e respondido, sem anotação de preparo por ser a apelante beneficiária da assistência judiciária gratuita.

É o relatório.

Não se conhece do agravo retido de fls. 468/471 interposto pela corré Viação Santa Brígida Ltda., porquanto não reiterado em contrarrazões de apelação.

Conhece-se do agravo retido de fls. 558/563 interposto pela autora porque reiterado em razões de apelação, mas a ele nega-se provimento.

Conquanto afirme a apelante cerceamento de defesa em razão da não apreciação do conteúdo do DVD juntado aos autos e que conteria depoimento de testemunhas sobre os fatos narrados na inicial, consoante afirmado pela magistrada, a prova oral foi produzida em juízo com a oitiva das testemunhas indicadas pelas partes.

Carla Moura dos Santos foi ouvida em juízo, sob o crivo do contraditório, e a testemunha Elza Aparecida dos Santos não foi encontrada para depor em Juízo, dispensando a magistrada a sua oitiva. E contra referida decisão interpôs a autora-apelante recurso de agravo de instrumento de forma equivocada, o que levou ao seu não conhecimento (fls. 423), operando-se, portanto, a preclusão de sua oitiva.

Assim, não há que se falar em cerceamento de defesa ou nulidade da sentença porquanto foi conferida às partes a oportunidade



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0105521-15.2006.8.26.0004 - São Paulo - Fórum*

*Regional da Lapa*

de produzir as provas pretendidas, não podendo o material trazido pela autora-apelante substituir a prova produzida em Juízo.

No mérito, o recurso de apelação comporta provimento parcial.

Segundo resulta da inicial, em 5 de julho de 2003, o filho da requerente, Guilherme de Piano, trafegava em sua motocicleta pela Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, quando foi fechado por um coletivo da requerida, ocasionando a morte do motociclista, razão pela qual pretende a autora ser indenizada pelos danos materiais e morais daí decorrentes.

Relevante salientar que o Supremo Tribunal Federal definiu a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, inclusive no que concerne aos terceiros não-usuários do serviço: "Constitucional. Responsabilidade do Estado. Art. 37, § 6º, da Constituição. Pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público. Concessionário ou permissionário do serviço de transporte coletivo. Responsabilidade objetiva em relação a terceiros não-usuários do serviço. recurso desprovido. I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. II - A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado. III - Recurso extraordinário desprovido. (STF, Tribunal Pleno, RE 591874/MS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 26.08.2009).

Deste modo, todos os usuários e não-usuários do serviço público estão sujeitos a danos decorrentes da ação administrativa do Estado, ainda que por meio de pessoa jurídica de direito privado.

Efetivamente, a responsabilidade civil das empresas privadas prestadoras de serviço público é objetiva, não só no tocante ao usuário, como também em relação ao terceiro não-usuário dos serviços, nos termos do que preconiza o artigo 37, § 6.º, da Constituição Federal.

E na hipótese a requerida é pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público de transporte de passageiros, de



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0105521-15.2006.8.26.0004 - São Paulo - Fórum*

*Regional da Lapa*

modo que responde objetivamente pelos danos causados no desempenho de suas atividades, apenas se exonerando da responsabilidade objetiva de indenizar se comprovar alguma excludente ou atenuante de responsabilidade - culpa exclusiva da vítima, fato exclusivo de terceiro, caso fortuito ou força maior, o que não restou demonstrado nos autos.

Não cuidou a requerida de comprovar fato que consubstanciasse causa excludente de responsabilidade. Embora incontroverso nos autos a ocorrência do acidente, inexistente prova de que a vítima tenha agido com culpa exclusiva para sua ocorrência a excluir a responsabilidade da requerida.

De outra parte, as testemunhas ouvidas em juízo trouxeram versões distintas para o mesmo fato, inexistindo certeza se houve culpa da vítima na ocorrência do infortúnio ou mesmo culpa do preposto da autora.

E à míngua de outros elementos de convicção, não há como se afastar o reconhecimento da responsabilidade objetiva da requerida pelos danos sofridos pela autora e que devem ser indenizados.

O pensionamento mensal fica fixado em 2/3 do valor comprovadamente auferido pela vítima à época do acidente (R\$480,00 - fls. 40), valor que deverá ser reajustado sempre que tenha aumento da remuneração de soldado da ativa do mesmo nível que a vítima ou de nível semelhante. Referida quantia será devida a partir da morte da vítima e até a data em que completaria 25 anos de idade, presumindo-se que viria a constituir família, ficando reduzida a pensão ao valor de 1/3 até a idade em que a vítima completaria 65 anos de idade, devendo ser acrescida de uma prestação anual a título de equivalência com o décimo terceiro salário. As parcelas em atraso serão acrescidas de juros moratórios contados a partir dos respectivos vencimentos (Súmula 54 do STJ) e de correção monetária tendo o mesmo marco inicial (Súmula 562 do STF).

De outra parte, a reparação relativa aos danos morais constitui justificável resposta à violação configurada devendo ser mensurada com moderação.

Indenizar o dano moral é uma forma de compensar o sofrimento de dor e sentimento de perda da vítima, inibindo, ao mesmo tempo, o causador do dano, de modo a evitar que venha ele a provocar



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0105521-15.2006.8.26.0004 - São Paulo - Fórum*

*Regional da Lapa*

novos danos. E do acidente sofrido é indubitoso que foram causados danos morais, pelo abalo causado à autora e de forma irreversível, representando a compensação econômica único meio para compensar o dano.

Fixados esses parâmetros, e considerando-se o desconforto e sofrimento experimentados pela autora, tendo em vista, por outro lado, o critério de proporcionalidade e razoabilidade do *quantum*, atendidas as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado, mostra-se razoável, nesse caso, a fixação do valor indenizatório a título de danos morais em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), corrigido monetariamente a partir da data deste julgamento (Súmula 362 do STJ - "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento"), incidindo juros moratórios a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

O valor do seguro obrigatório deverá ser deduzido da indenização judicialmente fixada, nos termos da Súmula 246 do Superior Tribunal de Justiça (fls. 158).

De outra parte, cuidando-se, *in casu*, de empresa privada obrigada ao pagamento da pensão, a constituição de capital que assegure o cumprimento da obrigação, garantindo o recebimento das pensões devidas, consubstancia imperativo legal, autorizado pelo disposto no artigo 475-Q do Código de Processo Civil.

Sobre a matéria já decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça que "A experiência comum previne ser temerário, em face da celeridade das variações e das incertezas econômicas no mundo de hoje, asseverar que uma empresa particular, por sólida e confortável que seja a sua situação atual, nela seguramente permanecerá, por longo prazo, com o mesmo *status* econômico em que presentemente possa ela se encontrar.

A finalidade primordial da norma contida no *caput* e nos parágrafos 1.º e 3.º do artigo 602 do CPC é a de dar ao lesado a segurança de que não será frustrado quanto ao efetivo recebimento das prestações futuras.

Por isso, a cautela recomenda a constituição de um capital ou a prestação de uma caução fidejussória, para garantia do recebimento das prestações de quem na causa foi exitoso" (REsp nº627.649-SC, 4ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. de 27.4.2004).

Convém salientar que houve desistência quanto ao



**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0105521-15.2006.8.26.0004 - São Paulo - Fórum*

*Regional da Lapa*

pedido relativo às despesas referentes ao conserto da motocicleta em audiência, bem como extinção do feito em relação à denunciada Sulina Seguradora S.A., decisão que não restou reformada (fls. 188).

Em tais condições, fica provido em parte o recurso de apelação para julgar parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, condenando-se a ré a pagar à autora pensão mensal nos termos aqui definidos, e indenização por danos morais no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), corrigida monetariamente a partir da data deste julgamento, incidindo juros moratórios da data do evento danoso, arcando a requerida com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 15% sobre o valor das pensões vencidas na data do acórdão e seus acréscimos mais doze pensões então vincendas, bem como sobre a quantia relativa à indenização do dano moral com seus acréscimos.

Outrossim, fica julgada improcedente a denunciação da lide à José Carlos da Silva, por não evidenciada culpa, condenada a ré-denunciante ao pagamento das custas da denunciação, bem como honorários advocatícios do denunciado fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Pelo exposto, não se conhece do agravo retido interposto pela corré, nega-se provimento ao agravo retido da autora e dá-se provimento parcial ao recurso de apelação.

Orlando Pistoressi

Relator

Assinatura Eletrônica